

ACÇÕES EXTENSIONISTAS NO CAMPO EDUCACIONAL: O QUE ELAS TÊM DE EXTENSÃO POPULAR?

[*] Francione Charapa Alves

[**] Cicera Maria Mamede Santos

[***] Lídia Karla Rodrigues Araújo

[*] Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Professora Adjunta da Universidade Federal do Cariri- UFCA.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8405-8773>

E-mail: francione.alves@ufca.edu.br

[**] Mestranda em Educação - URCA. Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - IFCE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5150-3789>

E-mail: cicera.mamede@ufca.edu.br

[***] Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA)- (2001) e graduação em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA)- (2009) .

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6098-6727>

E-mail: lidia.karla@ufca.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva reconhecer as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Cariri, Ceará, que apresentam características de extensão popular. Realizamos uma pesquisa documental, cuja fonte foi o catálogo de ações de extensão dessa instituição, do ano de 2019, na área de educação. Fundamentamos a nossa discussão nas obras de Freire (1985, 2000, 2013), Melo Neto (1994, 2001, 2002), Arroyo (2012), Charlot (2013), Santos (2020), dentre outros. Baseamos, também, na legislação, especificamente a Constituição Federal de 1988, no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Realizamos uma pesquisa por meio de um questionário, via *Google Forms* com coordenadores dos projetos. No que concerne aos programas e projetos desenvolvidos na UFCA, em educação, no ano de 2019, percebemos que todas as temáticas produzem conhecimentos e contribuem para aquele público-alvo a que se destinam. Os resultados nos mostram que muitas das ações de extensão dessa instituição remetem às características da extensão popular. Não obstante, a UFCA ainda precisa trilhar um longo caminho, desenvolver a escuta do outro, construir junto com a comunidade para contribuir de modo mais efetivo para a solução de problemas concretos dos sujeitos que vivem nesses contextos.

Palavras-chave: Extensão Popular. Educação. Inclusão e Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao dispor sobre a “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” das universidades, diz que essas instituições devem obedecer ao princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Anterior a tal Carta Magna, tínhamos mais ênfase nos textos legais no ensino e na pesquisa.

A Lei n.º 9394/96, ao tratar das finalidades do ensino superior, no seu artigo 43, também traz os três princípios separadamente, mas, no inciso VIII aponta para a ideia de que deve haver a associação dos três em favor da educação básica.

Nesse sentido, compreendemos a universidade e o seu contexto em que a pesquisa, o ensino e a extensão¹ integram os seus fundamentos, a indissociabilidade, e também nos encaminha para uma compreensão ampla, holística e integradora (BEHRENS, 2005).

As atividades de extensão nos apontam os seus desafios, as suas interfaces e as necessidades prementes de contato com a realidade das comunidades em que as ações, via programas e projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, fazem elo com a comunidade e dialogam para que os conhecimentos realizados na academia sejam expansivos e abram-se a novas perspectivas (ARROYO, 2012).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo **reconhecer as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Cariri (UFCA)**, Ceará, que apresentam **características de extensão popular**. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental, por meio da análise do catálogo de ações de extensão dessa Instituição de Ensino Superior (IES), fazendo o recorte de área e temporal, em que consideramos somente aquelas desenvolvidas no ano de 2019 e na área de educação.

Fundamentamos a nossa discussão na perspectiva teórica de Freire (1985, 2000, 2013), Arroyo (2012), Charlot (2013), Santos (2020), dentre outros. Também nos baseamos na legislação, especificamente a Constituição Federal (CF) de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. **Após a análise dos documentos**, realizamos uma pesquisa exploratória em que fizemos uso de um questionário, via *Google Forms*, para que os coordenadores das ações nos apontassem, dentre as características da extensão popular, com quais delas a sua ação se aproxima.

A organização do texto apresenta, inicialmente, um referencial teórico que discute sobre a extensão popular e a importância da participação da comunidade no desenvolvimento dessas ações; discute, também, as bases legais da extensão universitária; em seguida, apresenta os dados da pesquisa com as respectivas discussões e análises; e, por fim, as notas conclusivas.

EXTENSÃO POPULAR: PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE

Ao se fazer extensão, a universidade deve reconhecer os conhecimentos que as **comunidades receptoras de suas atividades dispõem**. São saberes, vivências, associações e percepções de mundo que norteiam suas atitudes. As ações de extensão que chegam como “a dona da verdade” ou como as que irão “salvar a comunidade” tendem a sucumbir, pela falta de humildade pedagógica, didática e extensionista.

Vale ressaltar que, ao realizar a extensão, são bem-vindas as ações apontadas por Freire (2013), a saber: conhecer a comunidade, seu vocabulário, suas crenças, suas vivências, medos e frustrações. Além disso, algo imprescindível: respeitar esses saberes, para a partir deles dialogar abertamente, sem presunções, achismos e preconceitos.

Desse modo, o cerne das ações de extensão se encontra nas ações mediadas através do diálogo, nas percepções de integração, de vivências para a troca de saberes, os quais são realizados na real situação da comunidade (FREIRE, 2013). São ações de extensão dentro de um contexto que precisa ser conhecido e reconhecido como ponto de partida, para a partir dele lançar novos olhares e conexões que possibilitem o diálogo constante para a criticidade e compreensão das situações vivenciadas, principalmente as que dizem respeito à situação de vulnerabilidade social.

A linguagem faz parte de nossas ações cotidianas e, por isso, merece nossa atenção para que a inserção na comunidade por parte dos estudantes, professores e demais pessoas que façam parte dos projetos ou ações de extensão seja de forma aberta ao outro. Assim, é importante que essas pessoas não cheguem apontando suas verdades e razões, mas tenham a escuta sensível e estejam dispostas a aprender. Dessa forma, haverá troca de conhecimentos e atitudes de respeito pela comunidade.

Os primeiros momentos desse trabalho educativo devem ser realizados partindo do pressuposto de que a comunidade é parceira durante a realização de cada ação proposta. Por isso, antes mesmo de iniciar o trabalho, é preciso conhecer e conversar com as lideranças, ouvi-las, saber de suas inquietações, ter sensibilidade para permitir o diálogo e a troca de saberes.

Quando um projeto que é pensado na universidade não é debatido na e com a comunidade, ele chega como algo impositivo e fora da realidade. Diante dessa perspectiva, não podemos afirmar que essa ação será benéfica para a comunidade.

As situações que são percebidas fora da comunidade têm as expressões e os olhares dos que olham de fora. Outra realidade é apreciar de dentro, com as percepções daqueles que estão continuamente nesse espaço. Quando se pensa ações de extensão do lado de fora, incorre-se no erro de tratá-las enquanto antídoto para os problemas que são sociais, políticos e, também, culturais. Compreender essa rede de significações de forma isolada não colabora para a emancipação, para se agir de forma consciente em busca das transformações possíveis, juntamente com a comunidade.

Ter a compreensão interdisciplinar da extensão é fundamental para que a percebamos enquanto tessitura que é composta com o apoio da comunidade. As ações extensionistas fazem grande diferença para todos os envolvidos ao adentrarem na comunidade percebendo que os conhecimentos que trazem da universidade podem completar, ampliar e ressignificar os conhecimentos ali existentes. Enquanto um dos pilares do ensino superior, compreender a extensão como condutor de saberes como uma via de mão dupla colabora para as relações horizontais de saber. Nesse sentido, os conhecimentos trabalhados não condizem com uma educação bancária que encara as ações extensionistas e os seus conhecimentos como um depósito, como um receptor passivo do saber (FREIRE, 2000). Por isso, Freire nos adverte que:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual ser e conhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 2013, p.18).

Esse conhecimento elaborado através da extensão necessita da presença e participação ativa da comunidade para que sejam ampliados e reelaborados à luz das propostas de uma educação que emancipa, que tem na solidariedade sua marca, que busca superar as situações adversas que a vida nas comunidades periféricas, ribeirinhas, no campo, nos assentamentos, dentre outros lugares, enfrentam diariamente.

A extensão popular soma, amplia as forças e traz o diálogo para o campo político, das possibilidades e trajetórias de superação, dado que a vida é histórica, e que não está tudo pronto, definido e acabado. A vida está sendo, está se fazendo e as ações de extensão popular também participam dessas vivências.

Essa participação ativa colabora para que a comunidade se perceba pertencente ao trabalho realizado via extensão, coparticipante do processo. Quando a comunidade percebe que os universitários, os seus professores e demais envolvidos chegam, explanam seus projetos e os colocam como bons para a localidade, sem conhecer as suas realidades, corre-se o risco de não terem a adesão necessária. A intenção pode ser até sincera, mas a forma de sua atuação está equivocada. Chegar com tudo “pronto”, e não perceber qual o significado desse “pronto” para a comunidade é desconhecer e desconsiderar os saberes e os conhecimentos ali existentes, construídos historicamente. Agir dessa forma, significa violar as relações que já existem naqueles espaços, é não compreender o significado amplo da palavra educação (BRANDÃO, 2007), subestimando os saberes oriundos de das crenças e das vivências que estão subjacentes à cultura e percepção de mundo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1985). A leitura da palavra e o seu contexto faz parte da leitura de mundo e ambas se interconectam e ampliam as vivências e existências na comunidade. É necessário destacar que as ações partem dessa realidade, mas que, apesar de iniciarem, não têm o seu fim nessas percepções, pois, dessa forma, não faria sentido ter extensão popular.

O princípio educativo da extensão deve buscar essa singularidade, encarando a realidade para se fazer presente, para se mostrar a que veio, para “beber da fonte” da sabedoria popular. Compreendendo a sua dinâmica, mostrando a importância desses saberes, que são vivenciados em cada comunidade em particular, mostrando quão importantes eles são e quanta riqueza há em conhecê-los e expandi-los para outras formas de aprendizagens.

É preciso enfatizar que a extensão, quando realizada com a comunidade, colocando-se em evidência suas forças, seus saberes, suas conquistas, mas também as situações de violência, de falta de infraestrutura, de acesso precário aos estabelecimentos educativos, de saúde, etc., deve partir do pressuposto de que existem saberes que devem ser levados em consideração quando as ações forem iniciadas na comunidade. Nessa dialogicidade (FREIRE, 2019), as percepções de mundo e suas violências vão sendo paulatinamente trabalhadas, compreendidas e arrojadas dentro de novas perspectivas, as quais devem conduzir a uma ampliação de novos conceitos, novas maneiras de se relacionar, de se perceber enquanto ser humano, de compreender as relações de exploração em um mundo capitalista e neoliberal (CHARLOT, 2013).

São tantas possibilidades de trabalho real e com validade na dinâmica real da comunidade que fazer extensão dessa forma mostra a riqueza das trocas e dos aprendizados que são realizados por todos. A voz é dada à comunidade, a sua maneira de falar e a sua percepção de mundo encoraja a vislumbrar um amanhã a partir do hoje, mais humano e mais justo. Freire (2013) chama nossa atenção para esse ponto quando nos adverte: “[...] repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”(p.26).

Perceber que os conhecimentos advindos dos projetos e programas de extensão, numa perspectiva de educação popular, são tão importantes quanto os conhecimentos nativos na comunidade, faz com que as pessoas que irão participar ampliem além de seus conhecimentos, dos seus saberes, o saber ligado à estética, ao belo, ao nascedouro de novas possibilidades de ver beleza, na sua forma de falar, de se posicionar, de se vestir, de se comunicar e compreender o mundo (FRIGOTTO, 2017).

Quando as instituições com suas atividades extensionistas chegam à comunidade impondo o seu modo de pensar e de produzir conhecimento, isso fragiliza ainda mais aqueles sujeitos já tão vitimados pelo sistema opressor. Extensão não é opressão, é diálogo aberto, partindo do contexto, para ampliar o texto. Entendamos o texto, enquanto o mundo ao nosso redor, com suas dinâmicas, fragilidades e possibilidades de mudança, a partir da presença, participação e engajamento político e social (FREIRE, 2018).

Atualmente, esse contexto precisa ser urgentemente revisitado nas ações de extensão popular. É fundamental perceber quão nefastas são as políticas de extrema direita que assolam o nosso país, colocando em risco a vida de milhares de brasileiros e a democracia (SANTOS, 2020; FRIGOTTO, 2017). As ações devem contemplar a percepção política e suas implicações diretas na vida, na gestão, na saúde e na educação. Por isso, Freire foi incansável em sua obra em persuadir para a dialogicidade, para a transformação da realidade.

A extensão popular deve trabalhar com a comunidade a partir de seus anseios, das suas percepções de mundo, para ultrapassar a visão simplista, principalmente aquela que o sistema opressor incutiu nos oprimidos: *a vida é assim mesmo, foi Deus quem quis assim*. Nas palavras de Freire, “[...] muitas pessoas aceitam que Deus é o autor dessa desigualdade, como um teste de sua capacidade de amá-lo, e de amar uns aos outros, sob condições tão difíceis” (FREIRE; SHOR, 2000, p.36). Em cada ação realizada, a superação freireana de imutabilidade deve se fazer presente, porque essa visão é fragmentada e operada pelas relações de exploração, pactuadas desde a invasão e a colonização do Brasil.

É importante mencionar que essas **relações de poder** foram durante muito tempo silenciadas como forma de manter o *status quo*, impossibilitando a ascensão social e a própria compreensão da historicidade. Dessa forma, coloca-se a “culpa” no divino, na natureza ou em outras situações. A verdade da exploração foi e continua sendo pactuada (e omitidas) via relações de opressão, que se manifestam nas formas mais violentas, como o racismo, o machismo, a homofobia, as relações de servidão, etc. Por isso, com vistas a superações necessárias, ser extensionista é ampliar as fontes dos saberes, é compreender que não existe saber absoluto, é perceber que *outros sujeitos e outras pedagogias* também são possíveis (ARROYO, 2012).

Para isso, o caráter extensionista sempre deve estar amparado pela visão de incompletude, pois irá crescer, tomar forma e expandir na coletividade, no diálogo, compreendendo as necessidades da comunidade, problematizando suas vivências e caminhando para ações de luta e participação social. Essas percepções são necessárias para que estejamos atentos e, dessa forma, a chama viva do desejo de mudança não se apague.

Por sermos seres históricos, a luta social é fundamental. Freire (2013) nos convida para ficarmos em estado de alerta, pois a luta por condições mais dignas não adormece jamais,

uma vez que “[...] o diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam”.

“Na dialogicidade, na problematização, educador — educando vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação” (FREIRE, 2013, p. 44). Esse pensamento é ainda mais atual e com a premissa de que temos que ser vigilantes, uma vez que neste momento estamos vivendo condições adversas reiteradas por um presidente que assume claramente um governo fascista (SANTOS, 2020). Esse pensamento crítico e aberto ao diálogo é também emancipador, pois tem no ser humano, na busca pela conscientização e ações concretas, a rejeição por toda forma de exclusão, de manipulação e de opressão. O ser humano que luta por sua liberdade, na busca por viver dignamente, na liberdade de expressão, de sua maneira de viver a sua espiritualidade, questiona as situações de desemprego, de subemprego, de fome, de exaustão, de falta de moradia, etc.

Nesse contexto, faz-se necessário que as ações de extensão popular sejam reflexos dos anseios da comunidade, com vistas às superações dos processos de vitimização aos quais foram e são relegados. Assim, torna-se necessária a conscientização processual, dialógica e engajada, tendo como pilar o respeito pelos saberes da comunidade, engajando-a nas tarefas de ver o seu entorno e percebê-lo enquanto possível de mudança. Para isso, o apoio nos saberes oriundos da comunidade é a base e o diálogo, é o caminho pelo qual a caminhada é realizada com os “pés firmes”, a “cabeça erguida” e com união nas ações extensionistas.

DISCUTINDO A EXTENSÃO NUMA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR ADVINDA DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024

Em termos legais, a universidade brasileira tem autonomia didático-científica, patrimonial, administrativa e de gestão financeira, tendo como princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Em seu artigo 52, a LDB destaca que são instituições pluridisciplinares de pesquisa, de extensão e do saber humano. Nesse cenário, incorporar a importância e o papel da universidade no processo de extensão no Brasil é focar nas camadas populares que sofrem com a dominação da classe mais favorecida. É através da

educação transformadora e das ações extensionistas que a academia pode e deve interagir para uma transformação comunitária na sociedade vigente e na definição de soluções coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais (SANTOS, 2010).

Colocar a universidade no centro da questão do envolvimento com a população desfavorecida no âmbito social é vislumbrar o papel da academia como um instrumento emancipatório e de acesso à interação com a comunidade, em busca de soluções dos problemas emergentes dentro de um contexto em que os saberes interagem de forma coletiva para resoluções de problemáticas que atingem as pessoas. Dessa forma, “[...] a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a Universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social” (PAULA, 2013, p. 02).

A educação superior, através da legislação brasileira, com o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014, vem discutindo a integralização curricular da extensão, na meta 12, estratégia 7, que visa assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação através dos programas e ações de extensão até 2024. Promove, assim, uma reflexão no âmbito acadêmico sobre que ações que serão praticadas para compor essa carga horária e quais atividades irão desenhar o perfil da universidade através das ações extensionistas desenvolvidas.

É nesse contexto legislativo que buscamos discutir a importância da educação popular como prática extensionista que interfere no meio social para modificar a realidade de uma comunidade e de grupos sociais que muitas vezes foram marginalizados pela sua pobreza e oprimidos pelas classes dominantes. Saber o que queremos através das atividades acadêmicas extensionistas na contribuição para modificar uma sociedade em busca de igualdade é um primeiro passo para exercer a nossa função acadêmica. Nesse sentido, Vasconcelos e Cruz afirmam que:

A Educação Popular se constituiu fortemente vinculadas à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas universitárias, mas como inspiração de muitas das práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos iam tentando implementar nos espaços livres de seus trabalhos (VASCONCELOS; CRUZ, 2011, p. 17).

Na universidade, mesmo sem a denominação oficial de programas extensionistas populares, algumas ações têm essa perspectiva de se inserirem nos grupos sociais de luta, e através das atividades modificarem, de forma reflexiva, a comunidade. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012) define extensão como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Compreender que estamos inseridos em uma sociedade, e ter a visão de pertencimento, promove-nos ações de agir em prol de alguma mudança social e a discussão da integralização curricular através das ações de extensão é o momento de oficializar projetos que visem colocar em foco e em prática a educação popular.

A resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as diretrizes para a extensão na educação brasileira e regimenta o disposto da Meta 12.7 do PNE (BRASIL, 2014). O documento faz uma abordagem orientadora das ações para integralização curricular, dando ênfase aos aspectos dos direitos humanos nos diversos grupos sociais, como aborda o artigo 6:

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. (BRASIL, 2014, p. 50).

Mesmo sem fazer menção à educação popular, podemos perceber que as práticas devem perpassar os grupos marginalizados socialmente, e que a atuação interativa entre a academia e a comunidade pode contribuir para ações de mudança social, partindo do pressuposto de que a extensão, com características de educação popular, segue a luta em favor da igualdade social, no contexto acadêmico (VASCONCELOS; CRUZ, 2011). Desse modo, optar por atividades com foco na extensão popular significa reconhecer a composição de uma nova prática social dentro da universidade, priorizando o trabalho a partir de demandas e saberes das classes populares.

Há que se ressaltar que a educação popular, como afirmam Vasconcelos e Cruz (2017), é uma prática educativa na qual os grupos marginalizados atuam como protagonistas. Vislumbrar um projeto de extensão nesse foco é desenvolver ações para lutar contra a pobreza, a miséria e as desigualdades sociais em um contexto comunitário onde os envolvidos

têm o seu lugar de fala e de ação reflexiva. Freire (2011) enfatiza que a capacidade de ação e reflexão faz o homem atuar no mundo modificando o seu contexto, que, por se tratar de um ser inacabado, faz-se educando no seu agir, numa ação reflexiva daquilo que está sendo transformado em um contexto social, sendo o sujeito da sua própria ação.

A meta da integralização curricular na carga horária dos cursos de graduação é uma oportunidade de a academia designar projetos e ações voltadas para a educação popular, entrar no contexto das comunidades e encontrar nesses territórios pessoas que possam juntamente com a universidade modificar o meio social. Quando o PNE (BRASIL, 2014) vem com a determinação e afirma que a prioridade será em “áreas de grande pertinência social”, o meio acadêmico, em sua autonomia, pode desenvolver ações exitosas junto à comunidade, com ações integradoras, buscando com essas atividades transformar a história da comunidade.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012) ressalta as diretrizes que orientam as práticas extensionistas, que são: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino- Pesquisa -Extensão, Impactos na Formação de Estudantes e Impacto e Transformação Social” (JUAZEIRO DO NORTE, 2020, p. 162).

Compreender os desafios da educação popular na formação do estudante universitário nos instiga a pensar quais ações extensionistas podemos favorecer através das práticas e do desenvolvimento da autonomia, trabalhando dessa forma para que o papel de agente transformador dos discentes que estão em formação dentro das nossas universidades seja uma presença de construção de significados e aprendizados. Muitos desses estudantes, oriundos das classes populares, que na ação acadêmica se transformam e contribuem para oportunizar a ação do outro, em uma interação em que todos são formadores da sua própria história e das mudanças sociais que ocorrem durante o processo de aprendizagem e práticas educacionais.

Conforme afirma Freire (2018, p. 70): “O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educando, também educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. É preciso conscientização e maturidade para que compreendamos que os saberes são compartilhados e aprendidos uns com os outros, e que percebamos que é possível a transformação social.

A integralização da extensão no currículo veio questionar a universidade no seu papel de formar, transformar e interagir socialmente. Para tanto, os projetos de extensão

universitária devem enfatizar a sua atuação na comunidade a qual pertencem e sua atuação enquanto instituição que deve interagir em prol de uma sociedade em transformação, seja esta local, nacional ou global. Gadotti (2017, p. 04) destaca que:

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. Ainda persiste uma enorme dispersão teórica sobre o conceito de Extensão Universitária. Por isso, aclarar o que entendemos por extensão, é fundamental para caminhar nesse território decisivo para a necessária reforma da universidade e para a radicalização da democracia. (GADOTTI, 2017, p. 04).

Nesse contexto, o PNE (BRASIL, 2014) nos desafia a pensar no que queremos enquanto formadores, o que a universidade pretende desenvolver de atividades que visem uma transformação social, para qual público pretende desenvolver suas atividades e que tipo de formando irá ser construído nesse percurso extensionista. São questionamentos que movem a academia a refletir sobre que projeto de instituição universitária e que tipo de sociedade queremos para o país. Nesse sentido, Betta (2018, p. 12) destaca que: “Para atender à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, a instituição deverá registrar seu planejamento, seja na forma de programas, projetos e/ou ações, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC [...]”.

A universidade terá a oportunidade de repensar o seu processo extensionista e centralizar nas atividades de intervenção social. É necessário que os alunos conheçam o entorno da instituição, como também os lugares que eles vivem, as atuações que favorecem mudanças sociais e desenvolvam atividades que sejam atuantes no contexto. Esse é um grande desafio! É preciso enfatizar que para desenvolver extensão numa perspectiva de educação popular é necessário lutar por e com os grupos excluídos, inserir-se nesse contexto, começando por uma transformação de pensamento, pertencimento e de engajamento social.

Nesse ínterim, existe a necessidade de uma reforma universitária que implique no currículo e na carreira dos docentes (SANTOS, 2010). O processo extensionista é uma área de transformação da visão do que é ser universidade, da formação de pessoas e atuação dos envolvidos na participação ativa na luta contra a exclusão social e devastação ambiental, no aprofundamento da democracia e na defesa da diversidade cultural. Gadotti (2017) nos alerta

para que as atividades extensionistas tragam o diálogo para a esfera política, para a ampliação dos conhecimentos e lutas sociais que estão diretamente vinculadas a uma melhor qualidade de vida.

Destaca que esse pensamento não pode ser dissociado da compreensão da importância da política e suas vertentes, principalmente no momento atual que estamos vivenciando em nosso país, pois “[...] no momento político que estamos vivendo, é enorme. A saída é política: construir um projeto político popular. Precisamos de formação política para que a população consiga distinguir os interesses de classe em jogo” (GADOTTI, 2017, p. 15).

Precisamos de uma formação conscientizadora para questionar a política vigente, a organização social que nos é mostrada e que nos faz viver seguindo padrões de classes. É preciso compreensão sobre o que é formar pessoas através do conhecimento acadêmico, de um percurso de graduação que envolve pesquisa, ensino e extensão, e desenhar esse percurso para que o discente se envolva com a população, que atue como um ser em coletividade e consiga contribuir para transformar o seu contexto. Ser um sujeito envolvido com uma modificação social, que possui um sentimento de pertencimento que pode transformar todo um contexto comunitário. A tomada de consciência política ressignifica os movimentos coletivos, construindo autoconhecimento e autorreconhecimento enquanto sujeitos de sua própria história, e lutam em prol de transformação social na busca dos seus direitos (ARROYO, 2012).

O QUE TEM DE “POPULAR” NAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFCA?

Com a missão de resgatar as dívidas sócio-históricas que marcaram a história da região caririense e de promover a inclusão social, a UFCA foi criada em 5 de junho de 2013¹ (JUAZEIRO DO NORTE, 2020). Tem como foco central das ações, a educação para a sustentabilidade e a inclusão.

A instituição está situada na região do Cariri, no sul do Ceará, sendo constituída por cinco *campi*, localizados nos respectivos municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha,

¹ Antes da sua lei de criação (Lei n.º 12.826, de 5 de junho de 2013), a UFCA integrava a Universidade Federal do Ceará (UFC), que chegou ao Cariri ao implantar, em 2001, um curso de Medicina em Barbalha. Em 2006, a UFC implantou na região outros cinco cursos: Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) – cujas aulas ocorriam nas cidades de Juazeiro do Norte e de Crato.

Brejo Santo e Icó². A IES possui vinte e cinco cursos de graduação e quinze cursos de pós-graduação, tendo como pilares de sustentação o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), afirma que:

[...] assume a responsabilidade e o compromisso de promover neste espaço de troca de saberes, não apenas a formação profissional, mas também a formação de pessoas, de cidadãos. De seres humanos capazes de perceber que sem o devido cuidado com o seu semelhante e com a natureza, não alcançamos o desenvolvimento, ficamos apenas no crescimento econômico excludente (JUAZEIRO DO NORTE, 2020, p. 19).

Além dos compromissos mencionados, a UFCA se propõe a superar as dimensões técnico-científicas, no sentido de “[...] permitir que todos tenham a chance real de mudar sua vida, sua história, de suas famílias, de suas comunidades” (JUAZEIRO DO NORTE, 2020, p. 20).

A partir da observação desses princípios é que nos propusemos a investigar as práticas de extensão da UFCA, fazendo um recorte temporal considerando o ano de 2019, e trazendo as ações da área de educação para nelas observar as características da extensão popular.

As linhas temáticas que norteiam a organização das ações cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão da UFCA seguem a elaboração da Rede Nacional de Extensão (RENEX)³, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. Entretanto, visando as necessidades da região do Cariri:

A PROEX criou os Programas Institucionais de Extensão (PIEs) que são ações de extensão de caráter transversal e interdisciplinar, com possibilidade de duração indeterminada, gerenciados em conjunto com a Pró-Reitoria, que trabalha ações em linhas temáticas bem específicas: Relação entre universidade e escola básica (ensino médio e/ou fundamental); trabalho, renda e economia solidária; tecnologias socioambientais e saúde comunitária (JUAZEIRO DO NORTE, 2020, p. 28).

O catálogo de 2019 compilou 113 ações de extensão. A distribuição ocorreu da seguinte forma: 76 projetos, sendo estes distribuídos nas categorias de projetos de Ampla Concorrência (AC)- (51); Protagonismo Estudantil (PROPE)- (10) e Programa de Integração Ensino e Extensão (PEEX)-(13) e Demanda Contínua (Sem financiamento) – (02) e 01

² Atualmente este campus está desativado.

³ Ações expressas no documento *Organização e Sistematização* que foi elaborado no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, 2012.

programa financiado pela Proex denominado UFCA Intinerante. Além disso, foram 07 cursos, 06 eventos, 01 prestação de serviços (JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

No que concerne à distribuição por áreas, observamos que mesmo que haja abertura para o desenvolvimento de todas as áreas mencionadas, a concentração maior é na educação (16 projetos e 05 programas) e na saúde (29 projetos e 05 programas)⁴. Conforme quadro abaixo:

QUADRO I – Total das ações por áreas⁵

ÁREA	Nº AÇÕES
Saúde	34
Educação	22
Tecnologia de Produção	14
Meio Ambiente	10
Trabalho	09
Comunicação	05
Cultura	03
Direitos Humanos	02
TOTAL	99

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

A classificação das ações da Proex é semelhante à linha proposta pelo Ministério da Educação (MEC), diferenciando-se nos tipos de ações desenvolvidas, sendo elas: cursos, eventos, prestação de serviços, programas e projetos, sendo estes dois últimos os que têm maior representatividade na UFCA, conforme vimos no quadro I, totalizam 99 ações.

Neste trabalho, propusemo-nos a trazer apenas aquelas da área de Educação que mais se caracterizam como populares, identificadas no *Catálogo de Programas, Projetos, Cursos e Eventos* de 2019. Os critérios para caracterizá-las, a partir da literatura proposta foram: comprometimento com as classes populares e com a transformação social; dialogicidade; relação interativa entre universidade e comunidade; troca de experiências; aprendizagem mútua e valorização do saber; superação do conceito de extensão em que aqueles que sabem tudo ensinam àqueles que não sabem nada. Ao todo, foram vinte e duas ações na área de educação, entre programas e projetos. Dentre elas, cinco nos despertaram a atenção para

⁴ Ressaltamos que as ações de extensão são escritas por profissionais e estudantes de diversos Cursos de Graduação da UFCA. O fato do projeto ser cadastrado nesta área não significa que somente estudantes dessas áreas sejam contemplados, mas ao curso ao qual o projeto está vinculado.

⁵ Ao cadastrar uma ação, o coordenador escolhe uma das áreas indicadas pela PROEX e que mais caracteriza o projeto, dentro das áreas propostas: Saúde, Educação, Tecnologia de Produção, Meio Ambiente, Trabalho, Comunicação, Cultura e Direitos Humanos.

análise, pois se enquadravam dentro dos critérios estabelecidos pela investigação. No quadro a seguir, identificamos tais ações:

QUADRO I – Títulos das ações de extensão desenvolvidas no ano de 2019/ UFCA

Nº Ação	TÍTULO	TIPO	<i>Campus</i>
A1	A prática docente e a formação continuada: lei n.º 10.639/2003 e o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira	Projeto	Brejo Santo
A2	Educação sexual nos currículos escolar e acadêmico: sexualidade e gênero numa perspectiva sociocultural	Projeto	Brejo Santo
A3	Embalagens e rótulos: a química no cotidiano	Projeto	Brejo Santo
A4	Paideia cidade educadora	Programa	Juazeiro do Norte
A5	Jogos de origem africana e educação matemática: um olhar etnomatemático.	Projeto	Brejo Santo

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Considerando as principais características da extensão popular são, dentre outras (FREIRE, 2013; MELO NETO, 2001 e 2004):

- a) comprometimento com as classes populares e com a transformação social;
- b) dialogicidade;
- c) relação interativa entre universidade e comunidade; troca de experiências;
- d) aprendizagem mútua e valorização do saber;
- e) superação do conceito de extensão em que aqueles que sabem tudo ensinam àqueles que não sabem nada.

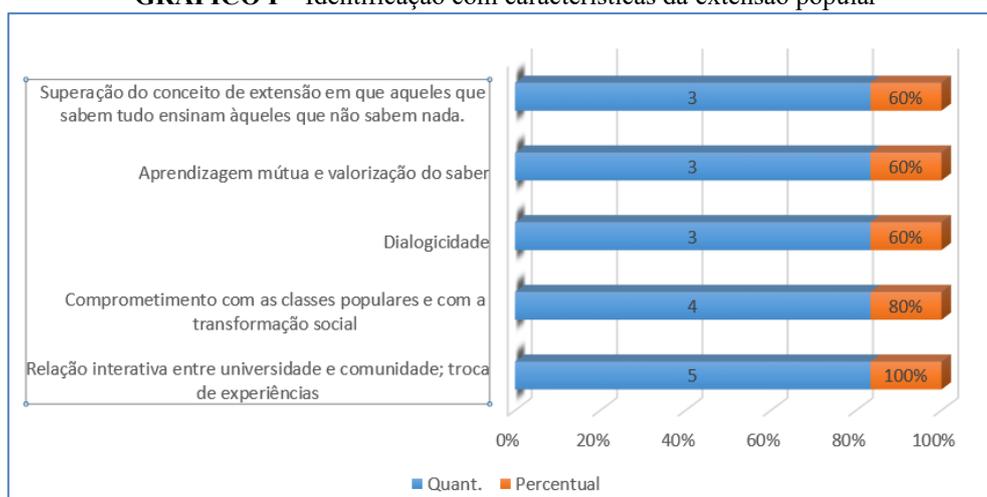
A Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) foi realizada a partir dos objetivos dos projetos, considerando as características acima mencionadas, sem perder de vista a educação para a sustentabilidade e a inclusão. Dentre as cinco ações apresentadas, queremos destacar algumas com seus objetivos que se aproximam mais de uma proposta popular. As ações que se diz populares:

Buscam contribuir para que as pessoas fiquem mais fortes e construam relações sociais mais justas. O adjetivo popular se refere à perspectiva política dessa concepção de educação, ou seja, à construção de uma sociedade em que as classes populares deixem de ser atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e importantes na definição de suas diretrizes culturais, políticas e econômicas (VASCONCELOS *apud* RIBEIRO, 2009, p. 337).

Das ações desenvolvidas na área investigada, predominou a modalidade *ação de extensão* (A1, A2, A3, A5), somente A4 se caracteriza como *programa de extensão*.

Nos que concerne às características elencadas por nós, com base na literatura, visualizamos o resultado no gráfico abaixo:

GRÁFICO I – Identificação com características da extensão popular



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Ao solicitar aos coordenadores que caracterizassem as suas ações, todos apontaram que elas promoveram *interação entre universidade e comunidade*. Os dados do gráfico nos mostram que todos os coordenadores atribuíram esta característica às suas ações. Esse é um dos princípios de qualquer atividade de extensão. Entretanto, para a extensão popular é imprescindível que a troca de experiências entre essas duas partes aconteça de modo que todos contribuam e todos possam aprender.

A ação tem buscado construir uma ambiência em que a própria extensão seja refletida pelas comunidades que recebem o programa. Ao mesmo tempo, a comunidade demanda; constrói as ações de formação coletivamente com a equipe proponente do programa; avalia e reprograma as ações (A4).

A fala do(a) coordenador(a) do projeto A4 nos remete a uma questão crucial que é perceber a extensão como um “[...] trabalho social sobre a realidade objetiva, gerado de um produto em parceria com a comunidade, a esta comunidade deverá retornar o resultado dessa atividade de extensão” (MELO NETO, 1994, p. 15).

A segunda característica mais representativa foi o *comprometimento com as classes populares e com a transformação social*, que de acordo com o gráfico, quatro coordenadores consideram que as suas ações possuem tal característica. Em relação a esse aspecto, destacamos três projetos, sendo que o primeiro focou na Lei n.º 10.639/2003 e o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (A1); o segundo traz a contribuição dos jogos africanos para a educação matemática (A5); e o terceiro articulou os campos de estudos de sexualidade e gênero, trabalhando com a educação sexual nos currículos escolar e acadêmico numa perspectiva sociocultural (A2).

Projeto e suas respectivas ações focam nos profissionais da educação básica, na construção de um processo de enfrentamento ao racismo estrutural via educação, assim possibilitando a transformação social no tocante à revisão da estrutura social. Projeto ainda tem atuado com os alunos de fundamental II, levando uma releitura sobre as questões étnico-raciais, racismo estrutural, sobre África, africanas(os) e afrobrasilidade (A1).

O projeto é executado nas escolas públicas de Brejo Santo, portanto, as classes populares são atendidas, uma vez que é observada a vulnerabilidade do público, fazendo com que haja uma melhoria do aprendizado discente. Além disso, agrega a comunidade universitária e escolar, contribuindo para uma troca mútua de conhecimento (A5).

Pensamos em um projeto numa perspectiva sociocultural, então acreditamos que houve interação, comprometimento e aprendizados múltiplos (A2).

No que concerne aos princípios da UFCA, os projetos A1, A2 e A5 destacaram a inclusão como forte quando: realizam o “[...] processo de discussão acerca de temática historicamente excluída” (A1); buscam o “[...] reconhecimento das diferenças, principalmente sexuais e de gênero”(A2); ou ainda, quando dá acesso ao conhecimento:

[...] um projeto chega em uma comunidade escolar com o intuito de contribuir para o aprendizado discente, auxiliando os docentes com uma metodologia que seja capaz de interagir de maneira mais lúdica com o aluno, e ele responde de maneira satisfatória. Essa tentativa contribui para que o discente aprenda o conteúdo que vai lhe servir para participar de avaliações externas que a sociedade exige.

Outra característica muito importante é a *dialogicidade* que foram atribuídas em três ações (Gráfico I). Conforme podemos perceber o diálogo foi um diferencial nesse projeto descrito por A2 que trabalhou com embalagens e rótulos, e buscou:

[...] esclarecer informações pertinentes a uma avaliação crítica de rótulos e dos constituintes das embalagens de produtos. Ao mesmo tempo, buscamos o diálogo com a comunidade para encontrar alternativas às práticas comerciais e industriais de grande impacto na saúde e no ambiente. Primeiro, encontrar outras formas de armazenamento e conservação de alimentos e alternativas, encontrando na sabedoria popular/ancestral práticas e técnicas que não utilizem derivados de petróleo. Segundo, encontrar alternativas de formulação caseira de produtos de limpeza e desinfecção (A3).

Percebemos que, além de buscar na sabedoria popular alternativas de embalagens, busca, também, identificar dentre elas as práticas que promovem sustentabilidade, que carregam consigo a concepção de que:

Sustentabilidade é algo inerente à proposta por tratar criticamente dos processos industriais de produção de alimentos e embalagens. A inclusão aparece na potencialidade do projeto de incluir novos saberes, experiências e personagens no processo de produção do conhecimento (A3).

Destacamos, também, a tentativa de devolver os resultados do trabalho social à comunidade. Agir dessa forma é caracterizar a comunidade como:

[...] possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados pelas lideranças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios. Isso faz crer a extensão exercendo e assumindo uma dimensão filosófica fundamental, que é a busca de superação da dicotomia teoria e prática. Estas, também, se constituem como bases ontológicas da extensão (MELO NETO, 2002, p. 19).

Dentre as ações que os coordenadores apontaram, a presença dos princípios da inclusão e da sustentabilidade, tivemos discussão pela A4, que teve como um dos objetivos: “[...] contribuir para a construção participativa de um novo modelo de desenvolvimento social, cultural, ambiental e economicamente sustentável” (JUAZEIRO DO NORTE, 2020). Destaca que o:

[...] amadurecido em torno do objetivo de construir espaços de inclusão, sendo esses entendidos como as atividades que se fazem a partir dos vários olhares das pessoas envolvidas. Esses espaços, por sua vez, podem ser refletidos à luz de um dos conceitos de sustentabilidade [...] (A4).

As atividades desse programa foram realizadas em bairros considerados vulneráveis e na zona rural, nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri, desenvolvendo capacitações que envolveram metodologias integrativas de alfabetização e letramento; e rodas de conversa com estudos teóricos e de experiências acerca das temáticas geradoras de cidades educadoras, desenvolvimento sustentável, ecologia dos saberes e comunicação popular, dentre

outras. Aqui se faz presente a *aprendizagem mútua e valorização do saber*, característica apontada por três coordenadores (Gráfico I).

As ações de extensão investigadas trouxeram à tona muitas discussões críticas em torno de temas como o racismo estrutural (A1), a pluralização de aprendizados que estimularam o exercício de desconstrução de preconceitos e discriminações (A2); a construção de afetos (A4); a autonomia de estudantes na avaliação de produtos consumidos no cotidiano; o contato com experiências e conhecimentos tradicionais presentes em diferentes comunidades e grupos sociais da região (A3); e a interação com estudantes de escola pública por meio dos jogos trabalhados por eles (A5). Por meio dessas ações e de muitas outras, a universidade segue na tentativa de cumprir o seu papel e na atitude de sair do seu lugar para fazer a leitura de mundo e aprender com o outro, contribuindo assim para atingir a característica da *superação do conceito de extensão em que aqueles que sabem tudo ensinam àqueles que não sabem nada* (Gráfico I).

CONCLUSÃO

A literatura nos mostrou que *extensão popular* é um conceito que surge na tentativa de superação do “equivoco gnosiológico” do termo extensão, compreendido como transmissão de um conhecimento dos que sabem tudo para os que não sabem nada. Não se trata apenas de uma adjetivação, mas da forma como são concebidas e como se materializam essas ações. Assim, a partir da nossa pesquisa, muito embora somente três dos cinco coordenadores da UFCA tenham atribuído esta característica aos seus projetos e programas, percebemos que ela se concretiza nos resultados dessas ações que se encontram no Catálogo das Ações da PROEX/UFCA.

As ações de extensão, sob essa perspectiva, devem permear os aspectos centrais da vida da comunidade, compreendendo que as atividades propostas estão além de uma proposta curricular. Ao levar a universidade à comunidade, deverão trabalhar, também, a consciência e ampliação da cidadania. Nesse sentido, ser cidadão é, também, ampliar suas percepções de mundo, a partir do seu mundo, e lutar em união por suas vidas. Perceber as fortalezas, mas também as fraquezas, as ameaças que impedem o viver dignamente.

A expectativa nessa configuração de orientação é que a universidade interaja de forma mais atuante na comunidade para uma transformação social. Pensar extensão é pensar na interação entre o conhecimento científico e o popular, que em conjunto possam se fortalecer e buscar igualdade social através das mudanças de contexto comunitário, em que os principais envolvidos sejam a população que lá habita e pertence.

No que concerne aos programas e projetos desenvolvidos na UFCA, em educação, no ano de 2019 percebemos que todas as vinte e duas ações possuem temáticas produzem conhecimentos e contribuem, de certo modo, para aquele público-alvo a que se destinam. Entretanto, considerando as características de extensão popular elencadas por nós, com base no referencial teórico, percebemos que apenas cinco delas nos remetem às características da extensão popular e aos princípios maiores da universidade. Vale destacar que quatro dos projetos investigados têm origem no Instituto de Formação de Educadores, *campus* de Brejo Santo, Ceará, fato que pode estar relacionado aos cursos de licenciatura da UFCA em sua maioria ocorrerem neste *campus*, apenas um dos programas ocorre no *campus* de Juazeiro do Norte, Ceará. Muito embora, uma ação que se enquadre na área de Educação não deva partir somente das licenciaturas, pois não é exigência da PROEX/UFCA.

A UFCA ainda precisa trilhar outros caminhos, ouvir outros sujeitos, construir junto com a comunidade para contribuir de modo mais efetivo para a solução de problemas concretos dos sujeitos que vivem nesses contextos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**, Petrópolis–RJ: Vozes, 2012.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

BETTA, E. P. S. *et al.* **Curricularização da extensão universitária: da teoria à prática**. Brusque: Ed. UNIFEBE, 2018.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. (Coleção primeiros passos). São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 maio de 2020.

BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 25 maio de 2020.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. (Coleção Docência em formação: saberes pedagógicos). São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska; Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 25ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. SHOR, I. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 25 maio de 2020.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em:
<http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>.
Acesso em: 15 jun. 2019.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: Para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em:
https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

JUAZEIRO DO NORTE. UFCA. Universidade Federal do Cariri. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI (2016-2020)**. Disponível em:
<https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/planejamento-e-orcamento/pdi/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MELO NETO, J. F. **Hegemonia e extensão**. Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP. Recife, PE, 1994.

MELO NETO, J.F. **Extensão universitária**: uma análise. João Pessoa: UFPB, 2001.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, J. F. (org.). **Extensão universitária**: diálogos populares. João Pessoa: UFPB, 2002.

MELO NETO, J.F. **Extensão universitária**: autogestão e educação popular. João Pessoa: UFPB, 2004.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. **Cad. CEDES**, v.29, n.79, p. 335-346, Campinas, Sept./Dec. 2009.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11). São Paulo: 3ª ed. Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Editora: Almedina, 2020.

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org). **Caminhos da Aprendizagem na extensão universitária**: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

EXTENSIONIST ACTIONS IN THE EDUCATIONAL FIELD: WHAT DO THEY HAVE TO POPULAR EXTENSION?

ABSTRACT

This article focuses on university extension and aims to recognize extension actions developed at the Federal University of Cariri, Ceará, which have characteristics of popular extension. To this end, we conducted a documentary research, using as a source the catalog of extension actions of this Higher Education Institution, of the actions developed in 2019 and in the area of Education. We base our discussion on the theoretical perspective of Freire (1985, 2000, 2013), Melo Neto (1994, 2001, 2002, 2004), Arroyo (2012), Charlot (2013), Santos (2020), among others. We are also based on legislation, specifically the Federal Constitution of 1988, the National Education Plan and the National Education Guidelines and Bases Law n.º 9.394/96. In addition to documentary analysis, we conducted a survey using a questionnaire, via Google Forms. Regarding the programs and projects developed at UFCA, in Education, in 2019, we realize that all themes produce knowledge and contribute in a certain way to that target audience. The results show us that many of the actions of extension of this HEI refer to the characteristics of Popular Extension and to the major principles of the University which are inclusion and sustainability, however, the University still needs to follow a long path, develop listening to the other, build together with the community to contribute more effectively to the solution of concrete problems of the subjects who live in these contexts.

Keywords: Popular Extension. Education. Inclusion and Sustainability.

ACCIONES EXTENSIONISTAS EN EL CAMPO EDUCATIVO: QUÉ TIENEN QUE HACER EXTENSIÓN POPULAR?

RESUMEN

Este artículo se centra en la extensión universitaria y tiene como objetivo reconocer las acciones de extensión desarrolladas en la Universidad Federal de Cariri, Ceará, que tienen características de extensión popular. Para ello, realizamos una investigación documental, utilizando como fuente el catálogo de acciones de extensión de esta Institución de Enseñanza Superior, de las acciones desarrolladas en 2019 y en el área de Educación. Basamos nuestra discusión en la perspectiva teórica de Freire (1985, 2000, 2013), Melo Neto (1994, 2001, 2002, 2004), Arroyo (2012), Charlot (2013), Santos (2020), entre otros. También nos basamos en la legislación, específicamente la Constitución Federal de 1988, el Plan Nacional de Educación y la Ley Nacional de Pautas y Bases de Educación nº 9.394/96. Además del análisis documental, realizamos una encuesta usando un cuestionario, a través de Formularios de Google. Con respecto a los programas y proyectos desarrollados en UFCA, en Educación, en 2019, nos dimos cuenta de que todos los temas producen conocimiento y contribuyen de cierta manera a ese público objetivo. Los resultados nos muestran que muchas de las acciones de extensión de esta IES se refieren a las características de la Extensión Popular y a los principios más importantes de la Universidad, que son la inclusión y la sostenibilidad, sin embargo, la Universidad todavía necesita seguir un largo camino, desarrollarse escuchando al otro, construir junto con que la comunidad contribuya de manera más efectiva a la solución de problemas concretos de los sujetos que viven en estos contextos.

Palabras clave: Extensión popular. Educación. Inclusión y sostenibilidad.

Submetido em: julho de 2020.

Aprovado em: setembro de 2020.

Publicado em: janeiro de 2021.

APÊNDICE

PESQUISA SOBRE PROJETOS DE EXTENSÃO UFCA

Prezados(as) coordenadores de projetos e programas de extensão,
Estamos realizando uma pesquisa sobre os projetos de extensão desenvolvidos na UFCA no ano de 2019 na área de Educação e as características da Extensão Popular. Objetivamos reconhecer as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Cariri que apresentam características de extensão popular. Esperamos contar com a vossa colaboração.

Atenciosamente,
As pesquisadoras

Título da ação (2019):

E-mail

1. A ação coordenada por você no ano de 2019 foi:

- Projeto
- Programa
- Evento
- Curso

2. Dentre as características da Extensão Popular elencadas abaixo, marque aquelas que você considera que o seu projeto atendeu:

- Comprometimento com as classes populares e com a transformação social;
- Dialogicidade;
- Relação interativa entre universidade e comunidade; troca de experiências;
- Aprendizagem mútua e valorização do saber;
- Superação do conceito de extensão em que aqueles que sabem tudo ensinam àqueles que não sabem nada.

Em relação à questão 2, justifique as suas escolhas:

3. Dos princípios que a Universidade Federal do Cariri tem como foco em sua missão, qual(is) o seu projeto contemplou?

- Inclusão
- Sustentabilidade

Em relação à questão 3, justifique as suas escolhas:

4. Quais os resultados mais significativos que você apontaria em relação à ação de extensão coordenada por você em 2019?